



PRODUÇÃO SOCIAL DA MORADIA E A EXPANSÃO DA PERIFERIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: O PROGRAMA MORAR FELIZ

POHLMANN, Maria Alice

Msc em Políticas Sociais

TCT/FAPERJ

CCH/LEEA/UENF

oliveira.pohlmann@gmail.com

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto

Dr^a em Estudos Urbanos

Universidade Estadual do Norte Fluminense/CCH/LEEA

teresapf@uenf.br

486

RESUMO

Poucas paisagens urbanas são mais dinâmicas do que as periferias urbanas, áreas que funcionam como uma interface de paisagem entre a cidade e o campo. Com o intenso processo de urbanização, no século XX, percebemos que a separação entre cidade/ campo ficou muito tênue, uma vez que a cidade cresce transformando as terras rurais mais próximas em solo urbano, alterando a morfologia existente entre cidade e campo. Campos dos Goytacazes/RJ a partir de 1990 iniciou vários investimentos imobiliários nas terras rurais no entorno da malha urbana. Em 2009 esta área passa a ter a construção de conjuntos habitacionais do *Programa Morar Feliz*, cujo objetivo é garantir moradia digna para a população pobre e periférica da cidade. O propósito do artigo é compreender de que forma a produção dessas moradias contribui para a expansão e reconfiguração da periferia, construindo novos territórios e transformando a paisagem da cidade.

Palavras-Chaves: Moradia, periferia, segregação socioespacial.

ABSTRACT

Few cityscapes are more dynamic than urban peripheries, areas that act as an interface between the city landscape and countryside, where urban and rural uses often mingle and collide. The process of urbanization, in the twentieth century, was more intense and the separation between town and country became much more tenuous, since the city grows up changing, mainly, rural lands closer to the city, establishing them as urban soil, transforming, therefore, the existing morphology between town and country. Thus, in 2009, the government of Campos dos Goytacazes launched the “Morar Feliz” Program, whose target is to ensure decent housing for the poor and peripheral population of the city. The purpose of this study is to bring an understanding of how the production of housing contributes to the expansion and reconfiguration of the periphery, building new territories and transforming the landscape of the city of Campos dos Goytacazes.

Key Words: Housing, periphery, socio-spatial segregation.



Introdução

Poucas paisagens urbanas são mais dinâmicas do que as periferias urbanas, áreas que funcionam como uma interface de paisagem entre a cidade e o campo. A separação entre cidade e campo ficou muito tênue, uma vez que a cidade cresce transformando, principalmente, as terras rurais mais próximas da cidade, passando a constituí-las como solo urbano e alterando, com isso, a morfologia existente entre cidade e campo.

Na atualidade os interesses da especulação imobiliária, algumas áreas periféricas têm apresentado na sua ocupação uma fragmentação devido à construção de condomínios de alto luxo. Estes diferentes grupos sociais e suas práticas sócio-territoriais ratificam a fragmentação do espaço e sua auto-segregação. As periferias urbanas possuem o estigma negativo porque sua representação social é estigmatizada, é o lugar da exclusão, da segregação social.

Desta forma percebe-se que de um lado temos a segregação forçada e de outro, a auto segregação. A dinâmica territorial se torna complexa e contraditória e seu conteúdo social se expressa concretamente na periferia expandida, na proliferação de conjuntos habitacionais, na formação de suntuosos condomínios fechados, dentre outras possibilidades. Essa dinâmica territorial da cidade que consiste em um conjunto de transformações que a sociedade vivencia passará do período em que predominam “as questões de crescimento e de industrialização, ao período onde a problemática urbana prevalecerá; em que a busca das soluções e das modalidades próprias da sociedade urbana passará ao primeiro plano” (LEFEBVRE, 1993). São inúmeras as necessidades e carências enfrentadas pelos grupos sociais envolvidos na busca por melhores condições de vida e trabalho, sob efeito das contradições expressas na relação capital e trabalho, que abrange o modo de produção e institui as contradições no interior dos aparelhos do Estado (BEGA SANTOS, 2008).

Os novos sistemas territoriais passaram a serem denominados pelos conceitos de cidade-região, cidade-território, cidade-difusa. Houve, portanto, não apenas a expansão dos limites urbanos, mas da dissolução dos conceitos tradicionais de cidade e campo. Esse termo cidade difusa se originou na Europa na década de 1970, se define pela



dispersão da população urbana pelo território, inclusive sobre as áreas rurais, sem que estejam vinculadas com atividades agrícolas.

Sposito (2010) reconhece que uma das formas de expansão territorial urbana ocorre pela associação entre proprietários de terras localizadas no entorno das cidades e incorporadores urbanos os quais elaboram o projeto de parcelamento das terras localizadas no limite rural/urbano. Outra forma de expansão urbana ocorre por meio do processo de expulsão dos pobres das áreas centrais ou dos bairros para áreas mais distantes e periféricas, favorecendo os surgimentos de favelas e expansão das mesmas, assim como loteamentos clandestinos.

Kowarick (1979), num estudo sobre a urbanização na Grande São Paulo, demonstra como ocorreu a distribuição espacial da população, segundo uma lógica que vai além dessa região, dizendo respeito, de modo geral, às cidades sob a economia capitalista do século XX: acumulação e especulação estão ligadas, de modo que a localização da classe trabalhadora segue o fluxo dos interesses imobiliários, com retenção de terrenos por grupos privados capitalistas e atuação tardia do poder público.

Para Rolnik (2002) uma característica comum a todas as cidades brasileiras, independente de sua região ou história, é o fato de cada uma delas apresentar um contraste muito claro entre uma parte da cidade que possui alguma condição de urbanidade, uma porção pavimentada, ajardinada, com infraestrutura completa e outra parte, normalmente de duas a três vezes maiores do que a primeira, cuja infra-estrutura é incompleta, o urbanismo inexistente, que aproxima-se muito mais da idéia de um acampamento do que propriamente de uma cidade.

O quadro de contraposição entre uma minoria qualificada e uma maioria com condições urbanísticas precárias relaciona-se a todas as formas de desigualdade, correspondendo a uma situação de *exclusão territorial*. Essa situação de exclusão é muito mais do que a expressão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais: ela é agente de reprodução dessa desigualdade.

Assim, enquanto terrenos ociosos aguardam valorização e os espaços mais valorizados são ocupados pelos grupos mais capitalizados, os grupos populacionais de mais baixa renda se espalham pela periferia e por terrenos irregulares.



Segundo Maricato (1994), a ilegalidade em relação à propriedade da terra, tanto em área rural quanto urbana, tem sido um fator importante de segregação, entrelaçando aspectos diversos da subordinação social: a ilegalidade da área de moradia repercute em outras relações sociais, seja porque seus moradores têm medo de procurar a justiça e reagir

Na produção brasileira, sobre o tema – segregação – não é possível encontrar uma posição única sobre o problema, sendo a expressão utilizada tanto para designar separação quanto desigualdade de acesso.

Em nossas cidades, os grupos não apenas se localizam separados entre si em espaços homogêneos internamente e distantes uns dos outros como, por causa disso, ocorre um acesso diferenciado desses grupos às oportunidades e aos equipamentos vigentes na cidade, com muitas conseqüências negativas para os grupos sociais segregados. Os processos parecem ser mais dinâmicos, e os diferenciais de acesso também são causa da separação. Isso ocorre porque, em um espaço urbano marcado pela escassez de amenidades, os grupos sociais de menor renda se dirigem de forma maciça para espaços destituídos de serviços, pois estes são os de menor renda da terra, o que leva a uma elevação da concentração e da homogeneidade social. Portanto, não é apenas a separação que especifica acesso desigual, mas também a desigualdade de acesso que especifica e reproduz a separação.

A falta de moradia para uma parcela significativa da população urbana força a organização de movimentos pró moradias, por meio de ocupações de terras urbanas ociosas, seja pública ou privada, por meio de casas improvisadas, muitas vezes em áreas de risco, como encostas, fundos de vale, antigos aterros sanitários ou lixões. E ainda, a ocupação se dá em prédios condenados pela defesa cível e que oferecem risco de morte para os ocupantes.

Para Lefebvre (1999), a questão da habitação popular pode ser apreendida à luz do desenvolvimento capitalista, que materializa na cidade os processos de trabalho e tem implicações severas na dinâmica territorial urbana.

No processo de política habitacional no Brasil ocorreu várias tentativas de intervenção do Estado, mas com um papel centralizado e a maioria destas intervenções



teve como alvo os grandes centros urbanos, onde a escassez de habitação era vista como um elemento que ameaçava a estabilidade social.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a questão habitacional foi descentralizada e passou a ser da corresponsabilidade dos estados e municípios, que passaram a criar e a gerir os seus próprios programas habitacionais. Como resultado desta mudança de ordem constitucional, diversos programas para o setor habitacional foram desenvolvidos fora da esfera federal. (Oliveira & Pedlowisk, 2012)

A cidade de Campos dos Goytacazes, historicamente, é cercada por canaviais e usinas de açúcar, tanto que, no PDUC (1979) a expansão territorial urbana direciona o parcelamento das terras localizadas no limite rural/urbano. O Plano Diretor Participativo de 2008 as áreas destinadas para moradia da população pobre urbana denominada por AEIS (Áreas de Interesse Social) são terras que pertenciam as usinas ou canaviais, como está demonstrado no mapa abaixo.

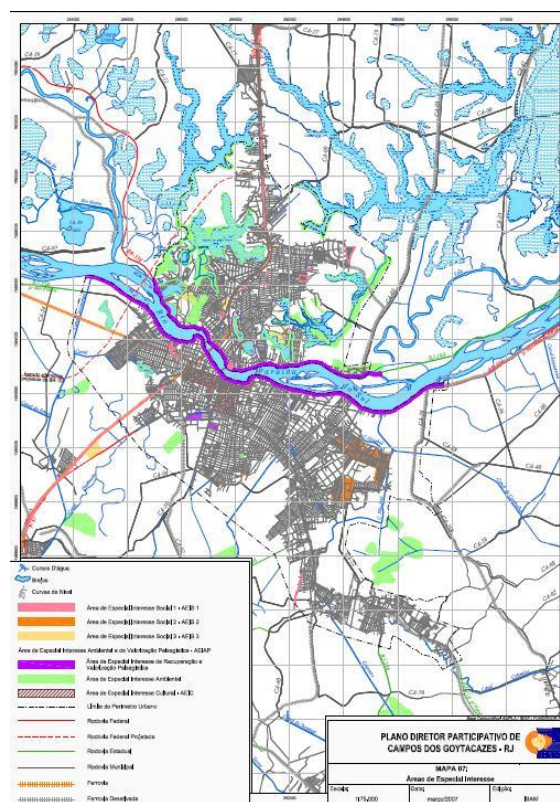


Foto 01 – Mapa as Áreas de Interesse Social – Plano Diretor Participativo de Campos dos Goytacazes.
Fonte arq. LEEA-CCH/UENF



Os conjuntos habitacionais do **Programa Morar Feliz**, encontram-se nas AEIS, iniciando uma expansão da periferia e trazendo uma mudança na morfologia e na paisagem deste território e ao mesmo tempo percebemos que ratifica o processo de segregação de uma parcela significativa da população da cidade de Campos dos Goytacazes que foram transferidos para áreas mais distantes e devido à precariedade da mobilidade encontram-se isolados

O Programa Morar Feliz implantado na cidade de Campos dos Goytacazes, na primeira gestão da prefeita Rosinha Garotinho (2009-2012) tem como principal objetivo garantir moradia digna para a população pobre e periférica da cidade, que residem em área de risco ou são atendidas pelo Programa Aluguel Social¹.

Vale lembrar que inicialmente seriam entregues 10.000 moradias durante a gestão de 2009/2012, mas na realidade foram entregues 4.496 casas distribuídas entre os quatorze conjuntos habitacionais localizados em dez bairros diferentes da cidade, sendo eles: Tapera, Eldorado, Parque Prazeres, Lagoa das Pedras, Parque Aldeia, Parque Santa Rosa, Novo Jóquei, Penha, Esplanada e Travessão, todos localizados na periferia urbana de Campos.

O interessante é que o programa inicia com a proposta de 10.000 casas a ser construídas, mas segundo Conti² (2013) em 2005 Campos dos Goytacazes registrava um déficit habitacional de 11.511 moradias³, o que demonstra uma defasagem de 1.511 moradias e o problema habitacional da cidade não será sanado como é dito pelos seus representantes nos comícios e na imprensa local.

As casas são do tipo padrão, cada uma com área edificada de 43,08 metros quadrados em um lote de 140 m². As 510 restantes são no padrão acessível, com área edificada de 51m² em um lote de 160 m². Cada casa possui dois quartos, uma sala, um banheiro e uma cozinha. Além de área de serviço com tanque. As instalações eletro

¹ O Programa Municipal “Aluguel Social”, beneficia famílias removidas de áreas de risco ou que tiveram suas casas condenadas, pela Defesa Civil Municipal, ou conforme a situação de vulnerabilidade e risco social, são encaminhadas por técnicos dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) ou pela Defensoria Pública ao setor de Habitação da Família e Assistência Social.

² Eliane França Conti defendeu dissertação de mestrado intitulada “*Os vazios Urbanos e a Função Social da Propriedade: o papel do Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes/2008*” no PPGPS/UENF.

³ Dados da Fundação João Pinheiro



hidráulicas seguem os parâmetros das normas de edificações. Não tem muro e são de cores diferentes para “quebrar” aquele aspecto repetitivo de conjuntos habitacionais.



Foto 2 – Moradias e planta do Programa Habitacional Morar Feliz da PMCG- fonte Secretaria Municipal de Habitação, Urbanização e Saneamento – PMCG(Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes)

Conforme uma análise preliminar, verificamos que todos os conjuntos habitacionais foram implantados na periferia da cidade, criando uma expansão da mesma, formando novos territórios, a medida que estes conjuntos foram planejados e seguem um padrão de arruamento, largura de calçadas, local para construção de escola, creche e praça poliesportiva, as casas não podem fazer puxadinhos, pois a estrutura não permite.



Foto 3- Malha Urbana de Camposdos Goytacazes e os conjuntos habitacionais do PMF-
Fonte Google Maps – LEEA/CCH/UENF - 2011



Foto 4 – Conjunto Morar Feliz Esplanada, o Bairro Esplanada e Condomínio Nashville.
Fonte Google Maps 2012

Este artigo vai analisar o conjunto Morar Feliz Esplanada está localizado em uma área que chamamos de expansão periférica multifacetado, pois este conjunto foi construído numa área rural após o término do bairro Parque Esplanada e neste mesmo território temos o Condomínio de alto-luxo Nashville. A separação entre os dois territórios é um canal que em um determinado tempo irrigava o canavial que existia nessa grande extensão de terra. Na atualidade o canal é o local de despejo clandestino de esgoto assim como, um elemento que demarca de um lado, a segregação forçada e de outro, a auto segregação. É uma opção de se viver junto aos iguais, indiferentes à



periferia dos pobres, onde milhares de famílias se reproduzem em exíguas moradias, sem escolas, unidades de saúde, e, distantes dos centros comerciais.

O processo da expansão urbana de Campos dos Goytacazes

A cidade de Campos dos Goytacazes, localizada na região norte do estado do Rio de Janeiro historicamente o seu espaço urbano foi cercado por áreas rurais, devido a monocultura açucareira que durante séculos era a sua principal atividade econômica. Estudar a produção do espaço urbano de Campos é interessante, pois o limite entre o urbano/rural é muito tênue, principalmente a partir da década de 1980, que devido a profunda e acelerada crise açucareira, levando muitas usinas a falência.

Como é preciso morar e os espaços já constituídos na malha urbana encontram-se ocupados, as grandes faixas de terras rurais que margeiam o Perímetro Urbano tornaram-se áreas de interesse para expansão da malha urbana da cidade. Tanto que a partir de 1990 iniciam os empreendimentos imobiliários e comerciais nas antigas áreas rurais, principalmente da Usina de Queimado cujo limite com a malha urbana é muito tênue.

Nos estudos sobre a configuração da malha urbana de Campos dos Goytacazes, segundo Faria (2001) até meados das décadas de 1920 e 1930, as ações na estrutura física da cidade atendiam a critérios exclusivos de saúde, higiene, embelezamento e ampliação dos espaços centrais. Mas a partir de 1940, os critérios de uso e funcionalidade do espaço urbano foram revistos e presenciou-se o advento de critérios racionais e científicos na configuração do espaço urbano.

O Plano de 44 foi um estudo mais detalhado já realizado na história urbana de Campos que embora não tenha sido colocado em prática na sua totalidade, foi responsável pela definição das linhas de ação adotadas posteriormente, pelas subseqüentes administrações da cidade. Este plano ao privilegiar uma organização da cidade aliando beleza e funcionalidade orientou o sentido de expansão da cidade em direção às áreas periféricas, a partir da separação dos usos do solo urbano, estabelecido pelo Plano de Zoneamento crescendo o processo de divisão e diferenciação dos espaços, e, conseqüentemente, de segregação urbana (Faria 2001).



Durante as décadas de 50 e 60, intensifica-se o processo de parcelamento da terra e a ocupação ultrapassa os leitos das ferrovias, expandindo-se em todas as direções. Com o Golpe Militar (1964) iniciou um processo de “modernização tecnocrática” difundida pelos diversos setores do regime militar, os quais repercutiram sobre o espaço urbano, culminando com a proposta de elaboração de planos urbanísticos e diretrizes técnicas para normatizar as condutas na ocupação do espaço das cidades brasileiras (Moreira, 2010).

Neste contexto, em 1978 uma equipe técnica juntamente com o Prefeito e arquiteto Raul David Linhares elaboram o PDUC⁴ (Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de Campos). Este foi o primeiro plano que materializou-se em leis e documentos técnicos que serviam de respaldo à ação de fiscalização e controle do espaço pela municipalidade, sem, contudo, culminar em intervenções e melhorias necessárias para equalizar e democratizar o acesso à cidade (Zacchi, 2012).

Maricato faz críticas aos Planos Diretores deste período da ditadura militar, ela afirma que os planos se resumiam a um diagnóstico exaustivo e pouco operacional; eram produzidos por empresas privadas, eram tecnocráticos, excluindo a política de sua concepção e horizontes; não contemplavam os interesses da sociedade local, os planos se resumiam basicamente ao zoneamento e uso da ocupação do solo. O PDUC não fugiu a estas características.

Já no Plano Diretor Urbano de 2008 seguindo o que determinava o Conselho das Cidades, teve a função de definir o que vem a ser a função social da propriedade e da cidade, deixando claro que elas “serão definidas a partir da destinação de cada porção do território do município bem como da identificação dos imóveis não edificados, subutilizados e não utilizados. Porém Conti (2013) em sua pesquisa afirma que na prática isso não ocorre da forma que ficou estabelecida no plano. As habitações de Interesse Social são implantadas através do PMF, mas estes não fazem a inclusão social

⁴ O PDUC (1979) foi desenvolvido através do convênio FNDU n° 13/78, celebrado entre a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas – CNPU, outros órgãos do governo federal, o governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretária de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado. O referido convênio atribui ao Município de Campos a execução do PDUC com recursos próprios e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano. Assim, a prefeitura, através do convênio existente com a Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional – FUNDENOR – contratou a execução dos trabalhos que foram realizados com bases nos termos de referência elaborados pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado – SECPLAN.



destes moradores à cidade, apenas os removeu das áreas de risco, mas não dá as outras condições necessárias do processo de inclusão social.

Habitar é preciso..... da Ilha do Cunha para o Morar Feliz Esplanada

A função primordial da habitação é de abrigar, ou seja, proteger o ser humano das intempéries e de intrusos. Como obra arquitetônica, segundo Rapoport (1984) a função de abrigar não é sua única nem a principal função da habitação. O autor observa que a variedade observada nas formas de construção, num mesmo local ou sociedade, denota uma importante característica humana: transmitir significados e traduzir as aspirações de diferenciação e territorialidade dos habitantes em relação a vizinhos e pessoas de fora de seu grupo.

Santos (1999) afirma que a habitação é uma necessidade básica e uma aspiração do ser humano. A casa própria, juntamente com a alimentação e o vestuário é o principal investimento para a constituição de um patrimônio, além de ligar-se, subjetivamente, ao sucesso econômico e a uma posição social mais elevada (Bolafi, 1977).

No Brasil o modelo de produção habitacional pelo poder público é por meio da aquisição de terras longínquas e baratas e produção em larga escala, sob a justificativa de diminuir custos para permitir o acesso à casa própria. Isto contribui para a expansão da periferia e o agravamento do processo de periferização.

Para Vainer (2010), além de segregados e distantes do mercado de trabalho, os grandes conjuntos habitacionais se degradam, agudizando o empobrecimento de seus moradores.

O conjunto habitacional Morar Feliz Esplanada é um dos 14 conjuntos construídos e entregue pelo poder público municipal de Campos dos Goytacazes, em julho de 2012 para as 189 famílias que foram removidas da Ilha do Cunha, área de risco de enchente localizada no rio Paraíba nas proximidades do bairro Pecúria.

O território no qual foi construído este conjunto habitacional inicialmente pertencia a Usina do Queimado que em certo momento deu essa considerável faixa de terra para a Igreja Nossa Senhora do Rosário do Saco. Mas o que importa é o fato que



essas terras durante muito tempo eram canaviais ou área de pastagem no em torno da malha urbana da cidade de Campos dos Goytacazes.

Com o crescimento urbano acelerado, principalmente a partir da segunda década de 1980 as periferias iniciam o processo de fragmentação na ocupação do solo, sendo que esse processo se acentua no final de 1990 e início de 2000. Desta forma Spósito (2004) em seus estudos assume que o conceito de periferia urbana no Brasil precisa ser revisto, tendo em vista que esses espaços vêm passando por profundas transformações no seu conteúdo socioespacial, tais como, os conjuntos habitacionais implantados pelo poder público para grupos de menor poder aquisitivo, loteamentos clandestinos produzidos pelas práticas de auto-construção, e condomínios fechados para grupos de maior renda e a implantação de *shopping's centers*. Assim o autor considera que a “pluralização da paisagem e dos conteúdos da periferia urbana revela novas práticas socioespaciais, novas formas de diferenciação e segregação urbana e, por fim, aponta para uma fragmentação territorial e social da cidade”. (SPOSITO, 2004).

A área periférica que este artigo analisa enquadra-se no contexto acima, pois a partir de 1990 foi construído um conjunto habitacional pelo Estado recebendo alguns serviços como calçamento, galerias pluviais e mais tarde então a prefeitura dando a criação do bairro Parque Esplanada fazendo limite com uma grande fazenda. Esta fazenda foi comprada pelo empresário Lulu Aguiar em por volta de 2004 transformou esta fazenda em um grande empreendimento imobiliário de alto luxo, o condomínio Nashville.

Percebe-se que este território é multifacetado, pois temos o bairro Esplanada que fazia limite com áreas rurais até a segunda metade de 1990, pois no final de 90 uma antiga e grande fazenda á transformada em um grande condomínio de alto luxo. Tanto o bairro quanto o condomínio são tangenciados por um canal que recebe o esgoto produzido por esses lugares. Em 2012 as terras após o canal é o local de construção de mais um conjunto habitacional do programa Morar Feliz, cujas moradias foram doadas pela prefeitura para as famílias removidas da Ilha do Cunha.

Com o processo de remoção das 189 famílias do Ilha do Cunha observamos que houve um processo de desterritorialização no bairro de onde os moradores foram removidos e, conseqüentemente uma reterritorialização do no bairro onde foi



implantado o conjunto habitacional alterando assim a configuração espacial de ambos os bairros. A desterritorialização se configura tanto pela desocupação espacial dos então moradores como pela dissolução das relações e ligações sócio-espaciais ao demolir casas, comércios e antigos referenciais, como por exemplo, igrejas tradicionais dos bairros, lugares de sociabilidade e de convivência social.

A remoção das famílias que estão na área de ação do PMF realiza-se com um cadastramento das famílias realizado por assistentes sociais, que mantém o diálogo permanente com o intuito de convencer as famílias de saírem do local levando apenas seus pertences. Mas como em todo processo de remoção existe algumas divergências entre os moradores e a ação do poder público. É neste exato momento que se inicia o primeiro enfrentamento entre o poder público municipal e os moradores de uma dada comunidade afetada através da resistência de deixar a casa que construiu (autoconstrução) ao longo do tempo.

No caso dos moradores da Ilha do Cunha o problema maior está na distância da escola dos filhos, do trabalho, na falta do posto de saúde, na ausência de transporte, mas em relação à vizinhança eles estão satisfeitos porque não houve a perda da relação de vizinhança. A moradora Helena (56 anos) durante a aplicação do questionário fez a seguinte observação: *“Doutora, a prefeita deu descarga na Ilha do Cunha e nos jogou aqui”*

O problema da mobilidade é muito sério neste conjunto, os moradores têm que andar uns 500m para chegar a um ponto de ônibus que passa de dois em 2 horas. Tudo no entorno é muito caro e no conjunto não pode ter comércio, mas alguns transformam a sala em armazém, quitanda, bar ou fazem um puxadinho na frente da moradia. Mesmo assim os moradores preferem comprar no centro, no mercado municipal devido os preços serem mais baratos.

O programa habitacional é mal visto e repudiado por grande parte dos moradores do bairro Esplanada e dos moradores do condomínio de alto luxo. Os moradores do bairro devido à presença do tráfico de drogas. Além disso, o bairro tem carência de serviços de infraestrutura básica como, por exemplo, abastecimento de água e esgoto, asfaltamento, etc. “conquistas” essas já implementadas na área do conjunto habitacional, gerando conflitos, pois estes serviços eram reivindicados pelos moradores



do bairro e até então não foram atendidos pela prefeitura. Já os moradores do condomínio Nashville não gostam também da presença do conjunto habitacional Morar Feliz Esplanada por considerar seus moradores “favelados” que na visão deles constituem uma grande ameaça, tanto que aumentaram os muros, bem como a segurança do condomínio. Mas apesar destes conflitos as três áreas possuem um problema em comum que é o canal, pois além do mau cheiro, tem problemas com a presença de muitos mosquitos roedores e cobras.

Durante um período de chuva em dezembro de 2013 este canal transbordou e as duas ruas do conjunto ficaram alagadas gerando problemas materiais e de saúde entre os moradores. A prefeitura enviou funcionários ao local para resolver o problema, que teve uma solução de emergência e precária, isto significa que em uma forte chuva o problema voltará a afligir os moradores de conjunto que foram removidos justamente por viverem em área de risco.

No conjunto Morar Feliz Esplanada os moradores estão satisfeitos com o fornecimento de água e o esgotamento sanitário, comparado ao imóvel anteriormente ocupado, mas em relação aos serviços de transporte público, escola pública e creche demonstraram piora, em virtude da distância do conjunto ao ponto de ônibus do bairro, da irregularidade no horário e do número da frota utilizada no bairro, bem como da falta de vagas em escolas e creches.

Conclusão

O processo de formação e desenvolvimento das grandes e médias cidades brasileiras é marcado por um profundo processo de diferenciação, pois uma forte segregação socioespacial foi imposta às camadas mais empobrecidas da população, especialmente no que se refere à existência de infraestruturas e acesso a serviços públicos. Uma das formas mais evidentes desta segregação é a diferenciação no acesso à habitação. A crise da falta de habitação que aflige os setores mais pobres da sociedade brasileira impede que parcelas significativas da população tenham acesso mínimo às condições de higiene, conforto e segurança. Em função desta situação, o Estado



brasileiro formulou diversas soluções cujo objetivo manifesto era o de minimizar os problemas associados à falta de habitação.

Na cidade de campos dos Goytacazes a partir de 2009 o poder municipal implanta o Programa Morar Feliz iniciando o processo de resolução do problema do déficit habitacional, mas ao mesmo tempo observamos em que há destruição de um território periférico e a estruturação de outro, criando um novo território ocorrendo uma dinâmica no espaço periférico. Concordo com Ritter e Firkowski (2009) quando nos seus estudos dizem que ao urbanizar áreas tidas como “periféricas”, por motivações diversas, principalmente econômicas e políticas, o Estado e os agentes privados fazem com que elas deixem de ser periféricas, gerando o que o autor chama de “desperiferização”.

É importante ressaltar que a moradia não se restringe mais á abrigar de forma isolada, mas inserida num ambiente dotado de serviços e equipamentos públicos, que proporcionem a inclusão social da comunidade ao espaço da cidade formal. Mas percebemos com alguns problemas nestes conjuntos pois estes suprem todos os serviços necessários para se ter uma boa qualidade de vida. O conjunto Esplanada não teve e edificação dos espaços de lazer, praças, ou centros comunitários. Também não foi ponderado um espaço específico para o comércio, o que tem dificultado o cotidiano das famílias nos conjuntos, que se localizam distantes do centro da cidade. Alguns moradores vêm construindo pontos comerciais em suas moradias, o que infringe a destinação residencial instituída pela Prefeitura, embora este fato seja extremamente explicável quando pensamos na apropriação social deste novo espaço.

Estes novos territórios que são novas periferias, pois mesmo havendo o planejamento do conjunto, deste ter a instalação de infraestrutura, outras deficiências continuam existindo e principalmente o estigma que estes conjuntos sofrem nos bairros em que estão inseridos. A inclusão das famílias no espaço urbano, assim como, sua visibilidade continua da mesma forma. Mas apesar dos problemas existentes nos conjuntos do programa Morar Feliz recebeu o Premio Selo de Mérito da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação. Esta premiação foi devida o grande impacto regional, pois é o primeiro grande programa criado e realizado para minorar o problema do déficit habitacional. Além de tirar as famílias das áreas de risco,



mesmo que essas remoções tenham problemas, como já foi mencionado acima. Esta premiação aconteceu no dia 15 de maio do corrente ano durante a sessão solene de abertura de 60º do Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, em Brasília, DF.

Referências Bibliográficas

- BEGA SANTOS, R. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: UNESP, 2008.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Liberdade, 1998.
- CONTI, E.F. – **Os vazios Urbanos e a Função Social da Propriedade: O Papel do Plano Diretor de Município de Campos dos Goytacazes/2008**- Dissertação do Mestrado em Políticas Sociais - PPGPS- UENF, 20013.
- FARIA, T.P. “**Projeto de Modernização e Mudança da Morfologia Social e Urbana de Campos dos Goytacazes/RJ nos anos 1870-1880 – Novos equipamentos e Infra-estrutura Urbana**”. (In) *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, vol.2*, pp785-796, maio/jun.de 2001.
- _____. “**Justiça espacial como referência para análise de políticas públicas, no Brasil?**” In. *Anais do III Congresso Internacional Poderes, territórios, identidades*. UFES, Vitória, 07 e 10 de novembro de 2011.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1999.
- MARICATO, E. **Exclusão social e reforma urbana**. Proposta, n.62, p.51-56, set.1994.
- MOREIRA JÚNIOR, O. **Cidade Partida: segregação induzida e auto-segregação urbana**. Caminhos de Geografia. Uberlândia. V.13, n.33. março/2010
- OLIVEIRA, J.C.P & PEDLOWSKI, M. A – Estado e Programas Municipais de Habitação Popular em Campos dos Goytacazes. Lisboa. Revista Análise Social, nr. 204 – Vol. XLVII. Terceiro Trimestre. 2012.
- RIBEIRO, L. C. de Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.
- RITTER. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **Novo conceitual para as periferias urbanas**. Revista Geografar. Resumos do VII Seminário interno de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba, 2009
- ROLNIK, R. **É possível política urbana contra a exclusão?** . Serviço Social e Sociedade, São Paulo - Editora Cortez, v. 72, p. 53-61, 2002. Referências adicionais: Brasil/Português; Meio de divulgação: Impresso; ISSN/ISBN: 01016628.
- SANTOS, M. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1988.



SPOSITO, M. E. B. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo**, Brasil. *Investigaciones Geográficas*, Cidade do México, n. 54, 2004.

_____ **A Questão Cidade-Campo: Perspectiva a partir da Cidade. In: Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural.** SPOSITO, M.E.B; WITACKER, A.M. (orgs). 2 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010

VAINER, C. **Habitação social: a solução existe e está ao alcance da cidade.** Disponível em: <<http://odia.terra.com.br/portal/rio/html/2010/4/>> Acesso em: 25 abr. 2010.

ZACCHI, C.R- **O Papel dos Proprietários Fundiários e do estado no Processo de Conversão de Terras Rurais em Urbanas e na Produção de Loteamentos Fechados: Campos dos Goytacazes/ RJ (1980/2011)-** Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais - PPGPS- UENF, 20012.



CONINTER 3
Congresso Internacional
Interdisciplinar em Sociais
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,
ISSN 2316-266X, n.3, v. 12, p. 486-502



CONINTER 3
Congresso Internacional
Interdisciplinar em Sociais
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,
ISSN 2316-266X, n.3, v. 12, p. 486-502



CONINTER 3
Congresso Internacional
Interdisciplinar em Sociais
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,
ISSN 2316-266X, n.3, v. 12, p. 486-502